



O jornal *A Civilização*: um “porta-voz”
do partido liberal no interior da província do Rio de Janeiro

Gilciano Menezes Costa*

COSTA, G. M. **O jornal *A Civilização*: um “porta-voz”**
do partido liberal no interior da província do Rio de Janeiro.

História Social, v. 19 n. 27/28, 2024, pp. 104-141.

<https://doi.org/10.53000/hs.v19i27/28.5315>

Resumo: Este artigo analisa o jornal *A Civilização* produzido na Vila de Itaboraí (Estado do Rio de Janeiro) em um contexto de transformações do início da segunda metade do século XIX. A presente pesquisa utiliza esse impresso como fonte e objeto de estudo para compreender sua atuação política e para explicitar suas contribuições para a História da Imprensa Fluminense. Dessa maneira, busca-se demonstrar que sua produção e circulação alcançaram um papel relevante nas disputas políticas existentes no período, atuando como força ativa diante das transformações em curso, visto que esse jornal foi um dos principais responsáveis pela propagação das ideias do Partido Liberal no interior da Província do Rio de Janeiro.

Palavras chave: Imprensa. Itaboraí. Partido Liberal.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor de História na rede pública estadual de ensino em Itaboraí-RJ e idealizador do projeto História de Itaboraí e Região.



The newspaper “A Civilização”: a spokesperson for the liberal party in the interior of the province of the Rio de Janeiro

Gilciano Menezes Costa

Abstract: This article analyzes the newspaper “*A Civilização*” produced in Vila de Itaboraí (State of Rio de Janeiro) in a context of transformations in the second half of the 19th century. This research uses this press as a source and as an object of study to understand its political activity and to explain its contributions to the History of the Press of Rio de Janeiro. In this way, we seek to demonstrate that its production and circulation played a relevant role in the political disputes of the period, acting as an active force during the ongoing transformations, as this newspaper was one of the main responsible for propagating the ideas of the Liberal Party in the interior of the Province of Rio de Janeiro.

Keywords: Press. Itaboraí. Liberal Party.

Abordagens iniciais do jornal: sua materialidade, circulação e seus colaboradores

No início da década de 1850, a Vila de Itaboraí voltou a ter a impressão de periódicos com o início das publicações do jornal *A Civilização*. O estudo dessa folha foi realizado, sobretudo, através da análise de seus 101 números impressos, acessados no acervo da Fundação da Biblioteca Nacional. Diante do quantitativo de exemplares localizados e por ser esse período um momento de consideráveis transformações no país (e conseqüentemente na imprensa periódica), tornou-se relevante analisar esse jornal como meio de abordar a História da Imprensa de Itaboraí e a contribuição que essa vila proporcionou nos debates realizados nesse período.

O lançamento desse jornal ocorreu no dia 9 de março de 1850. Sua impressão era realizada na Tipografia “Itaborahyense” de João Hilário de Menezes Drumond.² Esse espaço iniciou suas funções na rua São João, nº 7, e posteriormente, a partir de sua edição 73, mudou para o Largo Municipal, nº 23, ambos endereços localizados na Freguesia de São João Batista de Itaboraí. Cabe mencionar que, na década de 1850, o periódico *A Civilização* foi o único impresso localizado nessa freguesia. Contudo, outros jornais foram produzidos nesse período na Vila de Itaboraí, tendo destaque os impressos produzidos em Porto das Caixas, como *O Semanário* e *O Popular*³, o que demonstra um dinamismo da produção de jornais impressos na vila nesse período.⁴

² **A Civilização.** Itaboraí, nº 1, p. 1, 9 mar. 1850. A atuação de João Hilário de Menezes Drumond na imprensa de Itaboraí foi registrada, em 1832, com sua colaboração no jornal *O Severo* como receptor de assinaturas e, em 1836, com o lançamento do periódico *O Amigo da Moral*, de sua propriedade. Dessa forma, Drumond foi um dos itaboraienses de maior destaque da imprensa local no século XIX.

³ O jornal *Semanário* foi publicado entre os anos de 1853 a 1855 e o *Popular* entre os anos de 1855 a 1862.

⁴ **A Civilização.** Itaboraí, nº 1, p. 4, 9 mar. 1850. *Idem*, nº 73, 26 jul. 1851. O endereço da tipografia mostra que, ao contrário do que afirmou Ana Maria dos Santos, esse jornal foi produzido na freguesia sede (vila) e não em Porto das Caixas, como Santos interpretou. SANTOS, Ana Maria

No cabeçalho do jornal *A Civilização* foi informado que sua saída (distribuição) ocorreria aos “sábados de manhã” e que sua comercialização poderia ser realizada por assinaturas semestral e anual, nos valores respectivos de 2\$000 réis e 4\$000 réis, pagos adiantados, além da forma avulsa por \$100 réis. As assinaturas poderiam ser realizadas na própria tipografia, em Itaboraí, na casa do Sr. Francisco Ignacio da Silva Passos, em Rio Bonito, e na residência do Sr. João Luiz da Cunha, em Maricá.⁵

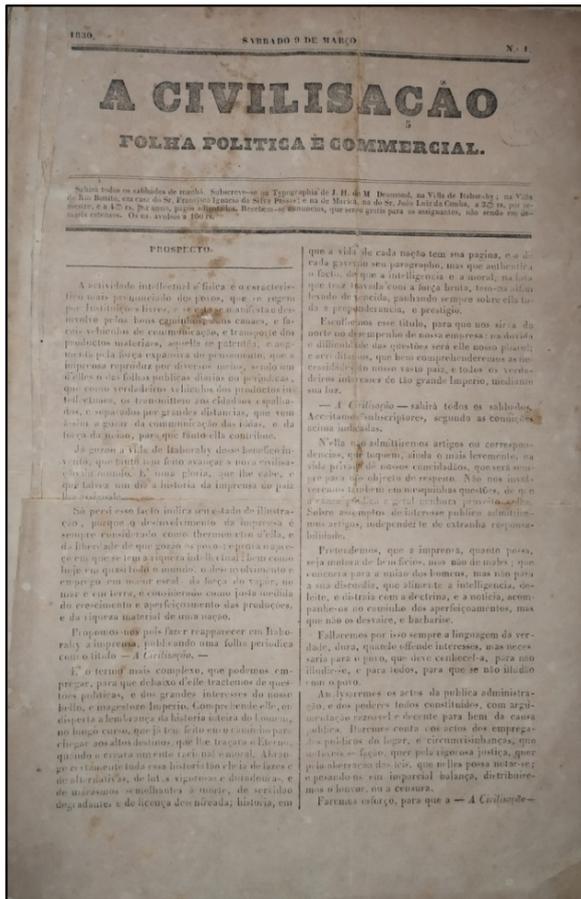
Conforme o periódico foi ampliando a sua circulação para mais regiões, mais locais foram citados no cabeçalho como endereços onde os jornais poderiam ser comercializados. Assim, a partir de seu número 32, a casa do Sr. Bernardo José da Costa Braga, em Sant’ Anna, freguesia da Vila de Santo Antonio de Sá, foi incluída.⁶ Na sequência do texto, é possível visualizar a imagem da primeira página de seu número inaugural com o cabeçalho.

dos. **Vida Econômica de Itaboraí no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFF, Niterói. 1975, p. 10.

⁵ **A Civilização**. Itaboraí, nº 1, p.1, 9 mar. 1850.

⁶ **A Civilização**. Itaboraí, nº 32, p. 1, 12 out. 1850. Posteriormente os colaboradores do jornal que o negociavam em Rio Bonito e em Sant’ Anna mudaram, passando a ser, respectivamente, João Hilário de Menezes Drumond Junior (filho do proprietário) e Manoel Joaquim de Almeida. **A Civilização**. Itaboraí, nº 52, p. 1, 1 mar. 1851. *Ibidem*, nº 89, p. 1, 15 nov. 1851.

Figura 1 - primeira página do número inaugural do jornal *A Civilização* (1850)



Fonte: acervo da Fundação da Biblioteca Nacional ⁷

Em seu número 69 os endereços do Sr. Joaquim Lopes de Azevedo, na Aldeia de São Pedro, e do Sr. Aprigio Marques da Cruz, em Cabo Frio, foram incluídos como lugares possíveis para a realização da comercialização do periódico e, esses sujeitos sociais, apresentados também como

⁷ *Ibidem*.

colaboradores. Nas publicações de solicitações do pagamento das assinaturas em atraso do jornal, divulgadas ao término de cada semestre, outras regiões foram mencionadas como possíveis locais para a quitação da dívida, como Capivary, Correntesas, Saquarema e “Vila de Macacu”, sobretudo nas suas freguesias de Santíssima Trindade, São José da Boa Morte e Santo Antonio de Sá.⁸

Segundo o redator do periódico, era nas residências dos colaboradores de cada localidade, ou na mais próxima que existisse, que os assinantes - assim como todo aquele que quisesse conhecer o impresso - deveriam se dirigir para resolver qualquer tratativa do jornal, sobretudo para reclamar de atrasos de recebimento de seus exemplares, visto que eram remetidos, segundo o redator, “regularmente pelos correios”. As regiões mencionadas como lugares possíveis para sua comercialização e resolução de pendências, e problemas, mostram a dimensão da circulação que essa folha alcançou.⁹

Dos impressos da *Civilização* localizados, o último número desse acervo foi publicado no dia 11 de dezembro de 1852. Nele não há qualquer menção de que o jornal iria interromper seus trabalhos, o que indica, de certa forma, a possível continuidade de sua impressão. Isso é reforçado pelo fato de que os Anais da Biblioteca Nacional citam os anos de 1850 a 1853 como período de publicação desse periódico. É provável que a interrupção de sua impressão tenha ocorrido logo após o falecimento de seu proprietário, João Hilário de Menezes Drumond, fato que ocorreu no dia 20 de abril de 1853. Portanto, o jornal *A Civilização* foi impresso durante um período em torno de três anos, espaço temporal considerável para o funcionamento de um periódico nessa época.¹⁰

Durante todos os anos das edições localizadas, verificou-se que o jornal manteve o mesmo valor das assinaturas e dos números avulsos, a

⁸ **A Civilização**. Itaboraí, n° 26, p. 4, 31 ago. 1850. *Ibidem*, n° 69, p. 1, 28 jun. 1851.

⁹ AZEVEDO, Luiz Francisco de Paula. Aos nossos assinantes. **A Civilização**. Itaboraí, n° 69, p. 1-2, 28 jun. 1851.

¹⁰ **A Civilização**. Itaboraí, n° 145, p. 1, 11 dez. 1852; **Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. RJ: Typ. de G. L. & Filhos, vol. IX, 1881, p. 395. MOYA, Salvador de. **Anuario Genealógico Brasileiro**. São Paulo: Instituto de Estudos Genealógicos, vol. 1, 1939.

mesma estrutura, contendo quatro páginas, duas colunas em cada uma e com dimensões de 30x21 cm, e periodicidade, sendo publicado uma vez por semana.¹¹ Era, portanto, um periódico hebdomadário de formato pequeno (in-folium). É relevante mencionar que outro nome evidenciado pelo jornal, além do proprietário e dos colaboradores, foi o do redator Luiz Francisco de Paula e Azevedo. Cabe destacar que Azevedo se tornou um dos expoentes da imprensa itaboraiense na segunda metade do século XIX, sobretudo, quando passou a atuar na impressão e na redação de jornais da Freguesia de Porto das Caixas, como *O Semanário* e *O Popular*.

A definição política do impresso, sua caracterização e seus objetivos

No prospecto (editorial inaugural), assinado por Azevedo, o periodismo impresso foi mencionado como um “veículo dos produtos intelectuais” capaz de proporcionar aos cidadãos espalhados a longas distâncias a “comunicação das ideias”, interpretação que demonstra o entendimento do redator nas possibilidades de alcance do conteúdo publicado no jornal. Nesse texto, há referências da imprensa local que viabilizam interpretar que em um passado não muito próximo do lançamento do periódico existiu periodismo em Itaboraí: “já gozou a Vila de Itaboraí desse benéfico invento” e “propomo-nos pois fazer reaparecer em Itaboraí a imprensa”.¹²

Nessa apresentação foi destacado que artigos ou correspondências que mencionassem a “vida privada” dos cidadãos não seriam admitidos e, portanto, não seriam publicados. A imprensa é caracterizada como “motora de benefícios”, meio para alimentar a “inteligência” e a “notícia” e como

¹¹ As informações referentes às dimensões do jornal foram obtidas no **Catálogo de periódicos raros da Fundação da Biblioteca Nacional**. Disponível em: https://cutt.ly/catalogo_civilizacao. Acesso em: 2 jan. 2021.

¹² **A Civilização**. Itaboraí, nº 1, p.1, 9 mar. 1850. No período anterior a impressão do jornal *A Civilização*, diversos outros periódicos foram publicados na Vila de Itaboraí, destacando os seguintes: *O Itaborayense* (1832), *O Severo* (1832), *o Conciliador de Itaborahy* (1835), *O Juvenil* (1835) e *O Amigo da Moral* (1836-1838). Essas publicações demonstram que Itaboraí foi, na primeira metade do século XIX, uma das principais regiões, fora da Corte Imperial, que imprimiu periódicos na Província do Rio de Janeiro.

instrumento para se direcionar no “caminho dos aperfeiçoamentos”. Diante dessa caracterização, o texto afirma que apresentará “sempre a linguagem da verdade, dura, quando ofende interesses, mas necessária para o povo, que deve conhecê-la para não se iludir, e para todos, para que não se iludam com o povo”.¹³

O historiador Marco Morel e a historiadora Mariana Barros constataram que, no século XIX, quando a imprensa se colocava como um canal dirigido ao povo, tratado como carente de conhecimento, conforme citado acima, buscava apresentar um posicionamento público - construído “como fruto da reflexão dos indivíduos ilustrados” - que “visava à propagação das luzes do progresso e da civilização e, por isso, apresentava-se como defensora da ordem e da moderação”.¹⁴

Pela leitura do prospecto foi possível identificar as intenções, os objetivos, a caracterização do jornal e as abordagens que seriam priorizadas em suas publicações. Conforme afirmou o redator, o jornal trataria de “questões políticas e dos grandes interesses do nosso belo e majestoso império” e de “questões de interesses da lavoura, assim como das do comércio e principalmente de suas relações com aquela”. Afinal, como consta em seu subtítulo, *A Civilização* era uma “folha política e comercial”, a primeira com essa proposta que existiu em Itaboraí.¹⁵

Assim, como forma de atender a esse propósito, o redator assinalou que analisaria

os atos da pública administração e dos poderes constituídos, com argumentação razoável e decente para bem da causa pública. Daremos conta dos atos dos empregados públicos do lugar e circunvizinhanças, que notáveis se fação, quer pela rigorosa justiça, quer pela aberração das leis que neles possa notar-se; e pesando-os em imparcial balança, distribuiremos o louvor ou a censura.¹⁶

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 29.

¹⁵ **A Civilização**. *Op. Cit.*, nº 1, p. 1-2.

¹⁶ *Ibidem*.

Em relação à definição política partidária do jornal, o redator apresentou um argumento evasivo para não denominá-la: “nosso partido é o da justiça; nossa bandeira a das instituições juradas com todas as suas consequências e corolários e sem restrição nenhuma. Queremos o progresso [...]. Eis o nosso partido; eis a nossa bandeira. Não lhe daremos um nome”. Contudo, essa tentativa de expor uma abordagem neutra aparenta ser mais um recurso para atrair a atenção de leitores de diferentes vertentes ideológicas, do que uma postura realmente isenta, visto que seu proprietário, João Hilário de Menezes Drumond, era o principal expoente liberal da região no período. Somam-se a isso as abordagens nos artigos com uma clara e definida identificação político partidária em mesma direção da defendida por Drumond. Portanto, *A Civilização* era um jornal adepto às ideias do Partido Liberal. Nesse sentido, cabe ressaltar, conforme constatou a pesquisadora Ana Paula Goulart Ribeiro, que a prática de jornais de tentar expor abordagens isentas representou um “mito da neutralidade e da imparcialidade” e que tal prática teria surgido “em meados do século XIX, com a ideia do jornalismo informativo”.¹⁷

O acionamento da ideia de civilização

A imprensa no prospecto foi apresentada como resultante das atividades intelectuais e do exercício da liberdade, abordagem realizada para mostrar, segundo os valores defendidos pelo redator, os níveis de “civilização” existentes em Itaboraí. Conforme destacado no Prospecto, a produção de jornais na vila indicava “seu estado de ilustração, porque o desenvolvimento da imprensa é sempre considerado como termômetro dela e da liberdade de que gozão os povos; e prova o apreço em que se tem a riqueza intelectual.”¹⁸

¹⁷ *Ibidem*. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: **Lugar Comum**, n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2000, p. 33. Disponível em: https://cutt.ly/artigo_lugar_comum. Acesso em: 28 jan. 2021.

¹⁸ **A Civilização**. *Op. Cit.*, n° 1, p. 1-2.

O discurso da defesa da liberdade das instituições, sobretudo o da imprensa, esteve presente em diversas publicações, assim como as denúncias dos “abusos” do anonimato, interpretadas dessa forma por quem se sentia atingido com o conteúdo publicado. A liberdade de imprensa era compreendida pelo jornal como uma conquista e como ferramenta política essencial na propagação de diversas ideias na opinião pública.¹⁹

O historiador José Murilo de Carvalho realizou uma contextualização pertinente sobre a imprensa no Segundo Reinado que endossa o que foi afirmado anteriormente neste trabalho. Segundo Carvalho,

o império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Mas ela não constituía poder independente do governo e da organização partidária. Havia folhas independentes [...], mas eram poucas e com raras exceções não duravam muito. A grande maioria era vinculada a partidos ou a políticos. O governo tinha sempre seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação alguma na Câmara. D. Pedro II considerava a imprensa um dos principais canais de manifestação da opinião pública.²⁰

¹⁹ O Brasil e suas instituições. **A Civilização**. Itaboraí, nº 2, p. 1-2, 16 mar. 1850. ISIDRO, José Antonio. Um seu assinante. **A Civilização**. Itaboraí, nº 31, p. 3-4, 5 out. 1850. Nesse artigo diversos questionamentos sobre os textos anônimos foram realizados, sobretudo para os diversos escritos assinados como “A Matraca”, que realizava uma série de denúncias e acusações a diversos situações do cotidiano e a alguns moradores da vila. No número anterior o jornal noticiou que não publicaria mais os textos de diversos anônimos, incluindo “A Matraca”, visto que considerou que esses escritos estavam “fora das condições do prospecto”. **A Civilização**. Itaboraí, nº 30, p. 4, 28 set. 1850.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 54.

É relevante apresentar reflexões referentes ao título do jornal como forma de entender o contexto no qual está inserido e para compreender as orientações dos agentes sociais envolvidos “segundo seus próprios códigos culturais”, sendo este um exercício historiográfico relevante mencionado pela historiadora Ângela de Castro Gomes e necessário para evitar anacronismo.²¹

Em um artigo, publicado logo abaixo do Prospecto, o jornal explicou que o sentido de civilização empregado se baseava na ideia de “desenvolvimento da atividade social e da atividade individual”, sendo, segundo o periódico, um termo definido pelo “progresso da sociedade” e “da humanidade”. Essa explicação foi realizada através da menção de extratos do livro intitulado História da civilização na Europa de François Guizot.²²

Segundo a historiadora Martha Abreu, a expressão civilização representou uma

crença sobre o ininterrupto, embora gradual, avanço da humanidade para [...] o progresso e a consequente eliminação de tudo que fosse bárbaro ou irracional [...]. Para as elites imperiais, as razões e os motivos da civilização tornaram-se, ao longo do século XIX, uma obsessão a ser perseguida para a superação de todos os males e problemas do país, dentre eles, a forte presença da herança africana na aparência da população e em seus costumes [considerada assim pelos propagadores dessa crença].²³

Abreu afirmou que o ideal de civilização associado ao progresso estava diretamente dependente da “criação da riqueza, da manutenção da produção e da ordem no trabalho”. Logo, a abolição da escravidão

²¹ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e culturas políticas no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; SOIHET, Raquel; **Culturas políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005, p. 30.

²² **A Civilização**. *Op. Cit.*, n. 1, p. 2-3.

²³ ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 141-143, grifo meu.

não se tornou uma bandeira dos defensores dessa crença no Império.²⁴ Esse é o caso do jornal *A Civilização*, visto que defendeu a legitimidade da escravidão com empenho em seus artigos.

Influenciado pela crença em torno do termo da civilização, esse periódico publicou textos de seus leitores, na seção de Correspondência, como forma de questionar algumas práticas existentes na vila, entre elas destaca-se o curandeirismo. Em um desses textos, carregado de subjetividades provenientes do compartilhamento dessa crença, o autor caracterizou essa atividade como uma “medicina da ignorância e do mistério”, fruto de “práticas estúpidas e ridículas”, “selvagens”, que alimentavam a “imoralidade”. Além disso, acionou a ilustração e, logo, a imprensa para combater o que ele denominou de “crendices loucas”: “que a imprensa seja um meio de corrigir estes doutores das trevas e a irreflexão ou toleima de quem lhes dá ouvidos”.²⁵

O enfoque político em defesa dos interesses da lavoura

O contexto político em que o jornal *A Civilização* foi produzido foi um período, conforme argumentou José Murilo de Carvalho, de consolidação do Império e de condução do país pelos conservadores.²⁶ Diante dessa conjuntura, somada a uma expressiva defesa dos interesses da lavoura, esse periódico realizou uma série de questionamentos às medidas adotadas pelo gabinete conservador, inclusive algumas reformas de cunho liberal.

Em seu editorial foram priorizadas as abordagens políticas de temas de caráter nacional que repercutissem diretamente na economia, sobretudo na agricultura. As determinações legais da Assembleia Geral e da Província que viessem causar impactos na estrutura da lavoura foram exaustivamente analisadas, seja através de críticas - quando as ações eram

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ O MOSCARDO. Os curandeiros. **A Civilização**. Itaboraí, n° 31, 5 out. 1850, Publicações a pedido, p. 3-4.

²⁶ CARVALHO. **A Construção da ordem...** *Op. Cit.*, p. 59; 216 e 297.

interpretadas como prejudiciais para agricultura - ou de elogios, quando os interesses da lavoura eram atendidos.

Esses textos apresentam uma escrita refinada, bem articulada e demonstram um acompanhamento informativo considerável sobre os temas publicados. Os conteúdos divulgados foram analisados por abordagens minuciosas dos fatos apresentados por uma perspectiva territorial ampla, postura que atende a pretensão divulgada no Prospecto de ser um veículo representativo dos interesses da lavoura da região e não apenas de Itaboraí. Em diversas abordagens, fatos do passado institucional político do Brasil foram utilizados como recurso argumentativo, seja para caracterizar uma determinada medida de forma negativa ou para endossar ideias defendidas pelo jornal. Logo, os posicionamentos apresentados foram realizados através de uma abordagem factual e descritiva.

A Civilização publicou análises políticas sobre os principais temas que foram debatidos na opinião pública entre os anos de 1850 a 1853, tanto na esfera regional, assim como, e principalmente, na esfera nacional. Em suas páginas foram divulgadas questões referentes à saúde pública, com destaque para a febre amarela na região, acompanhado de uma escrita que atenuava os impactos dessa febre em Itaboraí; questionamentos nas modificações das estruturas políticas administrativas, sobretudo nas atribuições dos juízes municipais, delegados e subdelegados; considerações sobre o Código do Comércio, interpretado pelo jornal como “uma necessidade”; críticas expressivas na reforma da Guarda Nacional, citada como uma “acrescência absurda da escola da autoridade exagerada”; reflexões sobre a Lei de Terras; argumentações contrárias na forma como o governo brasileiro tentava resolver os conflitos diplomáticos e militares no Prata, entre outros temas analisados.²⁷

²⁷ FEBRE amarela. **A Civilização**. Itaboraí, nº 16, p. 2, 22 jul. 1850; AS PROPOSTAS do Exm. Ministro da Justiça. **A Civilização**. Itaboraí, nº 7, p. 1-2, 20 abr. 1850; AS CÂMARAS em 1850. **A Civilização**. Itaboraí, nº 30, p. 1-2, 28 set. 1850; A LEI das terras devolutas. **A Civilização**. Itaboraí, nº 28, p. 1-2, 14 set. 1850. A GUERRA no Prata. **A Civilização**. Itaboraí, nº 63, 17 mai. 1851.

É pertinente destacar que as abordagens dos conteúdos publicados estiveram atreladas à preocupação de como cada fato, modificações legais e conflitos impactariam no comércio e, sobretudo, na agricultura. Além disso, as análises foram realizadas em sua quase totalidade por uma enérgica oposição às medidas implementadas pelos conservadores. Nesse sentido, a discussão desenvolvida em torno do fim do tráfico de escravizados recebeu maior destaque. Essa temática revela com mais clareza a cultura política compartilhada pelos responsáveis do jornal e expõe a complexidade das disputas entre as elites políticas e econômicas em um âmbito fora da Corte Imperial. Diante disso, torna-se produtora para a presente pesquisa analisar a abordagem do jornal sobre esse tema, ainda que de forma objetiva.

Os conflitos com os conservadores sobre o fim do tráfico e os limites do liberalismo

Em maio de 1850, em seu número nove, esse periódico iniciou as publicações referentes à questão do fim do tráfico de escravizados. As análises sobre esse tema foram iniciadas por uma abordagem que buscou diferenciar a escravidão do tráfico, como forma de defender a manutenção da legitimidade da escravidão e, logo, sua continuidade. Essa preocupação esteve presente em quase todos os textos que analisaram esse contexto. Segundo o periódico,

os princípios do direito civil, [...] como o da escravidão, o regime peculiar e econômico das nações, nunca são objetos de tratados, porque de alguma sorte seria atacar a independência e soberania delas [...]. O direito internacional não compreende nem pode regular o modo porque cada nação se haja em seu interior, mas só no exterior [...]. O tratado pelo qual o governo do nosso país se obrigara com a Inglaterra a extinguir o tráfico e a introdução de africanos como escravos não importa a abolição da escravidão no país. Aquele podia ser objeto de um tratado, porque como objeto de comércio com uma outra nação estava na natureza do direito internacional, esta, porém, se não acha no

mesmo caso e por isso não foi objeto deste tratado. [...] Reprima o governo, reprimam as autoridades marítimas o tráfico. Em terra, no interior, há escravidão e é preciso que nos submetamos a todas as suas consequências.²⁸

O jornal questionou a ausência de ações posteriores à implementação da Lei de 7 de novembro de 1831 (“nada se há feito, nada se há disposto”). Essa lei proibiu o tráfico e declarou livres todos os escravizados que entraram no país após essa data. O periódico, ao fazer referência à lei, argumentou que “a repressão do tráfico não implica o reconhecimento da escravidão a respeito de todos os escravos entrados no país”. Observa-se, dessa forma, que os responsáveis pelo periódico apresentaram um explícito conhecimento da escravização ilícita e uma pressão em manter a conivência do governo imperial com essa ilegalidade para respaldar legalmente esses escravizados.²⁹

Outra abordagem apresentada pelo periódico que se destacou, nesse contexto, foram as duras críticas à pressão inglesa, principalmente suas ações no litoral e portos brasileiros, e a forma como o gabinete conservador tratou essas ameaças. Para os liberais responsáveis pelo jornal *A Civilização*, o fim do tráfico não deveria ser fruto das intimidações inglesas, mas sim resultante de um ato realizado a longo prazo e pensado com cautela e prudência. Diante desses ataques, o jornal noticiou que os ministérios brasileiros, sobretudo o da Marinha, não “empregam a

²⁸ A escravidão no Brasil. **A Civilização**. Itaboraí, nº 9, p. 2, 4 mai. 1850.

²⁹ O TRÁFICO e a escravidão no Brasil. **A Civilização**. Itaboraí, nº 21, p. 1-2, 27 jul. 1850. Os estudos da pesquisadora Beatriz G. Mamigonian contribuem para compreender o contexto mencionado e comprovam a existência de um quantitativo expressivo de africanos submetidos à escravidão ilegal. Segundo Mamigonian, os cativos resgatados do tráfico ilegal receberam no Brasil o título de “Africanos Livres”. Dos cerca dos 800 mil africanos que entraram, a despeito da proibição do tráfico, apenas 11 mil pessoas foram inseridas (entre 1821 e 1864) nesse estatuto especial. Eles eram, portanto, segundo a autora, a “ponta de um iceberg”. Isso porque todos os outros, devido à conivência do governo imperial, foram vendidos e tidos como escravizados. MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Para conhecer a presença de Africanos Livres e o contexto da Escravidão ilegal em Itaboraí ver: COSTA, Gilciano Menezes. Os africanos livres enviados para Itaboraí - RJ - Brasil (1831-1864). **Revista de História da UEG – Morrinhos**, v. 9, n. 1, e-912004, jan./jun. 2020. Disponível em: https://cutt.ly/revista_ueg. Acesso em: 4 fev. 2021.

linguagem animadora do patriotismo e da nacionalidade”, apenas realizam “confissão de fraquezas” em seus discursos.³⁰

Para o jornal, os conservadores deveriam se opor aos ataques ingleses, considerados como insultos à soberania nacional, através de “uma política corajosa e enérgica”. A forma como os conservadores estavam tratando a questão era interpretada pelo periódico como demonstração de fraqueza e logo um risco futuro para a nação. Segundo o jornal, “quererá só isso a Inglaterra? Não repetirá suas agressões?”.³¹

Dessa maneira, essa folha questionou a incapacidade dos conservadores de evitarem violações à soberania nacional, considerações estas que predominaram na opinião pública do período, como argumentou José Murilo de Carvalho. Assim, o jornal pontuou que essa postura dos conservadores buscava apenas “atenuar” a crise e que “uma paz ou uma trégua assim obtida nada importa e pouco dura”, demonstrando, diante disso, uma expressiva preocupação na ocorrência de novas interferências inglesas, sobretudo na escravidão existente no país. Com preocupação, esse periódico divulgou que “agora nos insultam, amanhã mais animados irão além do insulto e o que faremos?”.³²

Por fim, o periódico argumentou que a política inglesa de combate ao tráfico de escravos não tinha como principal objetivo desenvolver a “civilização” dos povos, mas sim de utilizar esse discurso para obter ganhos econômicos:

a política da Inglaterra foi sempre ardilosa e interesseira. Na questão do tráfico no Brasil, como em todo o mundo, não fita a emancipação de uma raça ainda arredada muitos séculos das vias da civilização, serve-se só dessa alavanca, como de tantas outras se tem vivido, para derrocar a indústria dos povos, proteger a agricultura de suas colônias e engrandecer seu comércio.³³

³⁰ **A Civilização**. Itaboraí, n° 19, p. 1, 13 jul. 1850. Segundo Carvalho, objetivando o combate do tráfico, navios ingleses, em junho de 1850, invadiram portos brasileiros e neles apreenderam e afundaram navios nacionais. CARVALHO. **A Construção da ordem...** *Op. Cit.*, p. 297.

³¹ O MINISTÉRIO da Questão inglesa. **A Civilização**. Itaboraí, n° 24, p. 1-2, 17 ago. 1850.

³² CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 297. O MINISTÉRIO da Questão inglesa. **A Civilização**. *Op. Cit.*

³³ A ATUALIDADE e o futuro. **A Civilização**. Itaboraí, n° 33, p. 1-2, 19 out. 1850.

Logo, essa abordagem do jornal demonstra, como mencionou José Murilo de Carvalho, que “nesses momentos, a realidade da força nas relações com os países considerados civilizados sobrepujava as abstrações da civilização.”³⁴

Desse modo, foi possível constatar que o jornal *A Civilização* analisou a discussão do término do tráfico através das seguintes abordagens: buscou respaldar a manutenção da escravidão, inclusive para os africanos que chegaram posteriormente à lei de 1831; questionou a postura dos conservadores diante das pressões inglesas; destacou as possíveis consequências políticas para o país com a implementação da Lei de 4 de setembro de 1850 - extinguindo de forma definitiva o tráfico de escravos - como resultante de intimidações externas; analisou os impactos econômicos dessa medida; e denunciou que as ações da Inglaterra não estavam pautadas em princípios filantrópicos e humanitários, tampouco caracterizados pelo caráter “civilizatório”, mas sim, e exclusivamente, no benefício econômico que essa nação teria com o término do tráfico no Brasil.

A defesa pública da escravidão realizada por um jornal que defendia a crença na civilização e no progresso contribuiu para compreender o modelo de liberalismo adotado no país. Isso porque, embora o liberalismo europeu tenha sido importado pelos setores dominantes que conduziram o poder após a independência, no Brasil, como argumentou Emília Viotti da Costa, “as ideias liberais teriam um significado mais restrito, [pois] não se apoiariam nas mesmas bases sociais, nem teriam exatamente a mesma função.” Segundo Costa, “as camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava.”³⁵ Para a historiadora,

³⁴ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 367.

³⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 30.

as ideias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos e em momentos distintos no decorrer do século XIX. Mas por toda parte onde os liberais tomaram o poder, seu principal desafio foi transformar a teoria em prática. Durante esse processo, o liberalismo perdeu seu conteúdo revolucionário inicial. Os direitos retoricamente definidos como universais converteram-se, na prática, em privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder. Por toda parte as estruturas econômicas e sociais impuseram limites ao liberalismo e definiram as condições da sua crítica.³⁶

Portanto, como afirmou Costa, a “escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil”, pois criou um cenário contraditório em que coexistiram liberalismo e escravidão, gerando, no decorrer do século XIX, um desafio para os liberais brasileiros em lidar com a dicotomia entre as teorias liberais e sua aplicabilidade no cotidiano de uma sociedade escravista.³⁷ Essa dicotomia esteve presente nos escritos do periódico *A Civilização* e fez gerar extensas reflexões em formato de justificativas.

A prática em adaptar discursos do que defendia com o que realmente queria alcançar foi percebido em vários números do jornal. Por exemplo, na temática da colonização, no contexto posterior a Lei Eusébio de Queiróz, esse periódico não priorizou o projeto de imigração europeia, prática mais comum por quem defendia a crença da civilização no período. Essa folha apresentou uma desconfiança do rendimento do trabalho do europeu e, devido a isso, um questionamento aos gastos governamentais com tal iniciativa. Para este impresso, os europeus não alcançariam a mesma produtividade que os “pretos d’ África”. Além disso, há uma defesa do uso da mão de obra de brasileiros em condições miseráveis.³⁸ Segundo o jornal, é necessário

³⁶ *Ibidem*, p. 133.

³⁷ *Ibidem*, p.30 e 134.

³⁸ COLONIZAÇÃO. *A Civilização*. Itaboraí, n° 99, p. 1, 15 fev. 1851.

reconhecer que entre nós, ao menos nos municípios mais vizinhos da Corte, há já superabundância de população que vegeta na miséria. [...] Em nossa humilde opinião, seria de muito patriotismo, de muito mais vantagem mesmo, que a esses brasileiros desfavorecidos da fortuna procurasse o governo [...], deixando a vida mesquinha que tem [e] buscassem as terras produtivas dos nossos sertões para ali se estabelecerem, [...]. Nossa ideia não exclui a colonização estrangeira, nós a reconhecemos precisa, mas só a desejamos em último lugar: achamos necessária primeiramente a colonização de africanos, que virão servir direto aos interesses dos lavradores brasileiros e em segundo lugar a colonização de brasileiros pobres, que irão servir primeiramente a si, e depois aos interesses gerais da nação.³⁹

Cabe destacar que nos três anos de publicação do jornal aos quais foi possível ter acesso (1850, 1851 e 1852), foi observado o predomínio de questionamentos contrários aos ministérios dos conservadores. Embora esse periódico liberal tenha mencionado pontos em comum com algumas ações do governo, sobretudo quando o assunto publicado fazia referência à defesa da estrutura sócio econômica vigente na época, constatou-se um predomínio da publicização da divergência enquanto abordagem política. Nem o gabinete do conterrâneo itaboraiense Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, iniciado em maio de 1852, foi poupado.

Na edição de 11 de dezembro de 1852, o jornal *A Civilização* realizou duras críticas a esse ministério. Em caráter de denúncia o periódico acusou os conservadores de empregarem “meios violentos para vencer as eleições” que ocorriam naquele ano. Acusações de fatos ocorridos como “a farsa ridícula do roubo de urna de S. Gonçalo”, “as buscas em casa do vigário de Magé por agasalhar votantes” e a “introdução de força armada na Igreja do Engenho Velho”, também em Magé, foram mencionadas para caracterizar a atuação dos conservadores na eleição como violenta e fraudulenta, assim

³⁹ *Ibidem*, grifo meu.

como para explicitar a conivência do ministério do Rodrigues Torres diante dessas ações. Expressões como “batido e desprezado”, “morto perante a opinião pública” e “não persista mais no poder” foram utilizadas para fazer referências a esse ministério, expressando, dessa forma, o nível de contestação do jornal com o governo conservador.⁴⁰

Os condicionantes para a continuidade da defesa da Monarquia

As reflexões referentes à monarquia foram realizadas através da apresentação de fatos ocorridos, tanto no Brasil quanto no exterior, seja para questionar o republicanismo ou para demonstrar que a continuidade do trono dependia da manutenção dos direitos existentes. Em uma de suas abordagens, o jornal argumentou que não havia partido republicano no Brasil no período e que essa vertente ideológica existia apenas na “opinião de alguns cidadãos”. Para o jornal, o republicanismo servia de “estigma e pretexto em todas as épocas a violência e a perseguição promovida pela autoridade pública”. O periódico destacou que era de suma importância que a monarquia estudasse as reais “causas das revoltas”, referências principalmente aos conflitos ocorridos na regência, para que estas não ocorressem novamente. Para esse órgão de comunicação, apontá-las como defensoras da república não contribuía para compreender os motivos reais dos conflitos, o que impedia a elaboração de resoluções pautadas na ideia do progresso e distante da “rudeza do absolutismo”.⁴¹

Embora tenha menções como “o brasileiro ama a monarquia de convicção”, demonstrando uma defesa dessa forma de governo, há uma escrita no jornal de expor que a “garantia de segurança e de liberdade para o Brasil” eram os principais condicionantes essenciais para manter a continuidade da instituição monárquica. Portanto, a discursiva impressa apresentada defendeu a continuidade da monarquia atrelada ao respeito

⁴⁰ O MINISTÉRIO e as eleições na Província e no Império II. **A Civilização**. Itaboraí, nº 145, p. 1-2, 11 dez. 1852.

⁴¹ HÁ no Brasil um partido republicano? **A Civilização**. Itaboraí, nº 11, p. 1-2, 18 mai. 1850.

à liberdade constitucional e à manutenção da estabilidade política. Garantidos esses pressupostos pela compreensão real dos problemas e não pelo uso de estigmas como justificativa para o uso de violência, o governo brasileiro, segundo o jornal, estaria no caminho da civilização e do progresso. Há uma retórica em cobrar o respeito aos pressupostos constitucionais como elemento garantidor da legitimidade da monarquia.⁴²

Os assuntos locais, seus silenciamentos e as seções do jornal

Em relação aos textos divulgados no editorial fazendo referência direta à Vila de Itaboraí, verificou-se que poucos foram publicados. Quando os faziam era para explicitar a chegada de recursos públicos ou para solicitá-los às autoridades provinciais, objetivando a realização de reformas de igrejas; dessecamento de pântanos e a limpeza de rios, recurso utilizado para combater a proliferação de doenças e facilitar a navegação fluvial; e a manutenção da estrutura de mobilidade utilizada no escoamento da lavoura e no benefício do comércio, como o conserto ou construção de estradas, pontes, portos fluviais, entre outros. Além disso, foram publicados alguns textos avaliando a instrução pública primária em Itaboraí.⁴³

Informações sobre o cotidiano da vila foram publicadas principalmente na seção de Correspondência (textos de leitores escolhidos pelo redator) e nas Publicações a Pedido (publicações pagas). Tais matérias apresentaram, principalmente, denúncias de problemas existentes nas localidades com maior dinamismo urbano, como a sede da vila e o Porto das Caixas, e a ausência da Câmara Municipal em implementar soluções e ações que estimulassem o progresso de Itaboraí. Os textos foram divulgados através do anonimato. Algumas dessas matérias tiveram

⁴² *Ibidem*.

⁴³ A INSTRUÇÃO pública na província. **A Civilização**. Itaboraí, nº 8, p. 1-2, 27 abr. 1850; ITABORAHY, **A Civilização**. Itaboraí, nº 23, p. 1, 10 ago. 1850; ITABORAHY – Exames públicos das escolas de instrução primária em dezembro de 1850. **A Civilização**. Itaboraí, nº 42, p. 1, 21 dez. 1850.

suas publicações interrompidas pelo redator, com a justificativa de que apresentavam ofensas à honra de alguns leitores.⁴⁴

O pouco espaço dado no editorial sobre os problemas existentes na vila, entendido por alguns leitores como ausência de um posicionamento do jornal, foi justificado com o argumento de que esse periódico tinha como objetivo publicizar temas de “utilidade pública” e não de fomentar ataques pessoais às autoridades. Contudo, torna-se produtivo considerar o fato de que essa folha foi publicada em um contexto político local em que seu proprietário, João Hilário de Menezes Drumond, era vereador e um dos principais articuladores políticos da Câmara. Além disso, seu genro, Salvador Furtado de Mendonça, também era vereador nesse período, o que demonstra, ainda mais, o peso político local dessa família. Vale mencionar que enquanto Drumond era liberal, Mendonça era conservador, o que gerou divergências entre eles.⁴⁵

Portanto, a ausência de críticas mais contundentes à Câmara Municipal e o silenciamento dos conflitos entre liberais e conservadores na esfera local revelam uma atuação política do jornal cautelosa e seletiva, na medida em que buscou preservar a imagem pública dessa família. Tal postura, provavelmente, também contribuiu para a escolha de análises de temáticas referentes a um âmbito mais geral em seu editorial.

Além do Editorial, da Correspondência e das Publicações a Pedido, esse periódico era composto, principalmente, pelas seguintes seções: Declarações, onde geralmente a divulgação de festas religiosas, convocação de integrantes de irmandades e cobranças das posturas de policiais eram publicadas; Notícias diversas, apresentando informações sobre conflitos armados, avanços tecnológicos no transporte, uso do vapor principalmente,

⁴⁴ **A Civilização**. Itaboraí, nº 30, p. 4, 28 set. 1850.

⁴⁵ **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1851, p. 85. Disponível em: https://cutt.ly/almanak_laemmert2_1. Acesso em: 11 fev. 2021; OUTRA reunião ou jantar dos Lobatos. **O Novo Tempo**. Rio de Janeiro, nº 43, p. 1-2, 1 ago. 1844. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca93>. Acesso em: 11 fev. 2021. Salvador Furtado de Mendonça era o pai do jornalista, advogado e diplomata Salvador de Menezes Drumond Furtado de Mendonça.

entre outros; Notícias estrangeiras, divulgação, sobretudo, de discussões sobre os conflitos no Rio da Prata e as ações realizadas pela Inglaterra; Variedades, onde o conteúdo de caráter mais inusitado como cartas achadas em covas era mencionado; Assembleia Provincial, espaço reservado para a divulgação de análises sobre as seções, tendo como destaque as discussões e medidas direcionadas para Itaboraí e as vilas circunvizinhas; Parte comercial, seção de publicações dos preços correntes do Porto das Caixas; Edital, onde eram publicados conteúdos referentes às seções ordinárias do júri, posturas da Câmara Municipal, arrematações e cobranças de impostos, entre outros; e Anúncios, espaço publicitário e comercial do jornal, onde eram publicadas vendas de propriedades, divulgação de horários dos transportes nos portos, nomeações, desaparecimento de animais e o encontro destes, divulgação de festividades locais, agradecimentos e venda, aluguel e fugas de escravizados, entre diversas outras demandas. Em alguns números os Anúncios ocuparam mais de uma página do jornal.

As Declarações, Edital, Parte Comercial, Publicações a pedido, onde textos noticiando falecimentos também eram divulgados, eram seções que apresentavam um conteúdo quase que exclusivamente local. As Correspondências e os Anúncios divulgavam informações da esfera local e regional. Além de Itaboraí, eram publicadas demandas de moradores de Cabo Frio, Saquarema, Capivary, Cantagalo e, principalmente, de Maricá, Rio Bonito e Vila de Santo Antonio de Sá. As informações dessas seções eram obtidas, principalmente, pelo convívio social e político dos responsáveis do jornal na vila, através das comercializações realizadas na tipografia, e nos endereços citados, e pelo envio de correspondências e solicitações dos interessados em anunciar suas demandas.

Todas as outras seções, assim como o Editorial, apresentaram conteúdos de caráter mais amplo, provincial e nacional, e foram elaboradas através de extratos de legislações, de livros e principalmente de outros jornais oriundos de diversas regiões do país, adquiridos através da realização de permutas entre esses periódicos.

A expansão da troca de informações com as permutas no contexto de transformações

A prática da permuta era caracterizada pela relação de reciprocidade em enviar e receber exemplares entre periódicos diferentes, sobretudo de regiões distintas, através dos Correios. Esse costume ganhou mais expressão no decorrer da década de 1840, sobretudo a partir das modificações implementadas, em 1844, nos serviços postais dos Correios, como a criação de novas agências pelo interior do Brasil. Essas transformações no sistema de comunicação do país, conforme mencionou o pesquisador Benedito Juarez Bahia, “estimula[ram] a circulação de jornais” no território nacional.⁴⁶

Outro fator relevante para o aumento da prática de permuta entre os periódicos impressos, nesse período, foi a implementação da navegação a vapor. Essa inovação proporcionou mais dinamismo no sistema de transporte, ampliando, dessa maneira, o acesso a jornais de diferentes regiões no país e no estrangeiro.

Na Baía de Guanabara, segundo o pesquisador Francisco Agenor Noronha Santos, essa navegação foi iniciada, em 1835, no transporte realizado entre a Corte Imperial e Niterói. Diante da intenção em aproximar a Corte ao interior do Recôncavo da Guanabara, a navegação a vapor passou a ser realizada em alguns rios que desaguavam nesta Baía. Assim, através do rio Macacu, esse transporte foi implementado na Vila de Itaboraí em 1850.⁴⁷

⁴⁶ CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. O Império dos Correios: notas de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX. In: **Anais do Encontro de Pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos**. Vitória-ES, Volume 1, 2016, p. 11. Disponível em: https://cutt.ly/anais_seo. Acesso em: 13 fev. 2021; BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**, volume 1. Rio de Janeiro: Maud X, 2009, p. 24.

⁴⁷ NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. **Meios de Transporte no Rio de Janeiro - História e Legislação** (volumes 1 e 2). Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio. 1934, p. 218; COSTA, Gilciano Menezes. **A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu**. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2013. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_uff. Acesso em 2 jan. 2024. Os anúncios referentes à navegação a vapor na região passaram a ser publicados a partir do número 24, o que mostra que esse transporte em Itaboraí foi

Para a região do Leste da Guanabara, o Porto de Sampaio, localizado entre o Porto de Vila Nova e o Porto das Caixas, foi o ponto máximo onde a navegação a vapor chegou, o que favoreceu consideravelmente as relações sociais e econômicas em Itaboraí, tornando essa vila um espaço expressivo de circulação de pessoas e mercadorias de variadas regiões. Nesses locais eram realizadas práticas comerciais, interações sociais, culturais e, principalmente, muita troca de informações, seja pelo recebimento e envio de jornais ou pelas trocas de experiências vividas entre os sujeitos sociais que por ali passavam. Isso porque nesses espaços havia um intenso fluxo de pessoas, como pode ser observado no relato do viajante “alemão” Hermann Burmeister, que, ao visitar a região, mencionou a presença de cem passageiros no barco que o transportou até o Porto de Sampaio.⁴⁸

Nesse contexto, quando comparada à década de 1830, Itaboraí teve uma diminuição de arrecadação, ocasionada pela emancipação de Rio Bonito em 1846, que era na época a principal produtora de café na região. Logo, essa queda não foi gerada por uma crise econômica local, mas sim pela diminuição dos espaços de coleta de impostos. Ainda assim, a vila obteve uma das maiores arrecadações da Província do Rio de Janeiro, conforme demonstrou Maria de Fátima Silva Gouvêa. Em mesma direção, a historiadora Ana Maria dos Santos comprovou que, no ano de 1850, a vila apresentou um quadro econômico de crescimento, obtendo, inclusive, um aumento do número de fazendeiros, principalmente na freguesia sede. Santos argumentou que a estabilidade do cultivo da cana na vila e o aumento dos cultivadores de café contribuíram para a manutenção desse quadro econômico favorável na região.⁴⁹

iniciado nesse período. NO PORTO de Sampaio. **A Civilização**. Itaboraí, n° 24, p. 4, 17 ago. 1850.

⁴⁸ GOMES, José Clemente; MASSOW, Hilário. **Estado do Rio de Janeiro: composto sobre os últimos mapas existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892; BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos**. São Paulo: Martins, 1952, p.69.

⁴⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O império das províncias**. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008, p. 46-47.

Todo esse contexto contribuiu para que o jornal *A Civilização* tenha se tornado um veículo de publicização de informações de diversas vilas do interior da província. Soma-se a isso o fato de que no ano em que essa folha foi lançada, 1850, só havia publicações de periódicos, além de Itaboraí, apenas na Corte Imperial, vinte e cinco jornais, em Niterói e em Campos, com um periódico em cada vila, considerando apenas o território da Província do Rio de Janeiro e a Corte. Esses dados foram divulgados pelo próprio periódico como meio de expor sua importância diante de um cenário de poucos impressos produzidos na província.⁵⁰

Essas informações mostram que essas três vilas, Niterói, Campos e Itaboraí, continuavam sendo as principais regiões da produção do periodismo impresso na Província do Rio de Janeiro, situação essa existente desde a década de 1830, quando a impressão de periódicos surgiu e (ou) ganhou expressão nessas vilas.

Essa conjuntura de inovações no sistema de comunicação e transporte foi o que tornou possível a realização de análises abrangentes em seus textos e a propagação da distribuição de seus números para além da província, visto que essas transformações dinamizaram a prática de permuta entre periódicos impressos de diferentes localidades do país.

Para o jornal *A Civilização* a permuta era mais do que uma prática de obtenção de informações, era, sobretudo, uma tática, no sentido apresentado por Michel de Certeau, que fazia parte de sua cultura política, ou seja, uma ação calculada diante da ausência de um lugar próprio de atuação política na esfera institucional.⁵¹ Isso porque compõem

⁵⁰ Foram apresentados 28 jornais no total. São eles: Província do Rio de Janeiro: *O Commercio* (Niterói), *A Civilização* (Itaboraí) e *O Monitor Campista* (Campos). Corte Imperial: “*O Diario do Rio, o Jornal do Commercio, o Correio Mercantil, o Auxiliador da Industria Nacional, a Revista Medica, a Revista Tremensal de História, etc... o Brasil, o Correio da Tarde, o Americano, o Beija Flor, o Grito Nacional, a Religião, o Monarchista, o Iris, o Philantropo, a Marmota, o Radical, o Independente, o Liberal, a Regeneração, a Nova Gazeta dos Tribunaes, o Novo Gabinete de Leitura, o Rio Mercantil e Journal, o Guanabara, o Periodico dos Pobres*”. ESTATÍSTICA das folhas públicas do Império. **A Civilização**. Itaboraí, n. 45, p. 2, 11 jan. 1851.

⁵¹ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, [Tradução: Ephraim Ferreira Alves], p. 100.

a cultura política de uma sociedade, como afirmou Giacomo Sani, “os conhecimentos, ou melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos as instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto.”⁵²

Em uma publicação esta folha conclamou a realização dessa prática como uma ferramenta essencial na obtenção de conhecimento, sobretudo para saber como cada província reagia diante de questões mais gerais do Império. A ausência da “recíproca permutação”, segundo essa folha, mantinha “a imprensa limitada ao círculo de cada província”, gerando a divisão e facilitando o aumento da força do “governo do país”, que na época era conduzido pelo Partido Conservador. Para os responsáveis do jornal, esse governo buscava “tudo impor e tudo decidir” e que se julgava como “o representante único e legítimo para decidir do que convém ou não convém em todo o império.”⁵³

Dessa forma, o jornal interpretou a permutação como um recurso político capaz de inviabilizar a concentração de poder do governo, na medida em que considerou essa prática como um meio de fortalecer o “espírito público” e a “opinião pública” em níveis nacionais.⁵⁴ Nota-se uma defesa da descentralização do poder e uma valorização da construção de conexões, através do circuito letrado, em prol de uma representatividade política maior das províncias. Assim, a imprensa é apresentada por esse jornal como uma articuladora dos laços nacionais e uma ferramenta para ampliar a participação política das províncias, sendo a prática de permutação uma expressiva rede de sociabilidade capaz de tornar viável a circulação de ideias em todo o país e, logo, um meio para ampliar a atuação da imprensa como um espaço de disputa de relações de poder para além do campo político institucional.

A realização da prática da permuta foi desenvolvida também, segundo a pesquisadora Marialva Barbosa, pelo fato dos jornais desse

⁵² SANI, Giacomo. *Cultura Política*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUTTI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 1995, p. 306.

⁵³ A IMPRENSA actual. **A Civilização**. Itaboraí, n. 47, p. 1, 25 jan. 1851.

⁵⁴ *Ibidem*.

período terem criado um “sistema complexo de autorreferenciação”, visto que esses periódicos citavam “uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente por outro ou comentando aquilo que já fora publicado”. Isso contribuiu para dinamizar a circulação dos impressos em variadas regiões, sobretudo na Corte Imperial e nas capitais das províncias, gerando uma rede interligada aos “circuitos letrados”.⁵⁵ A partir das divulgações das permutas e do quantitativo de números de jornais recebidos, verificou-se que os responsáveis pelo periódico *A Civilização* realizaram essa prática com os periódicos produzidos em Niterói, Pará, Sergipe, Espírito Santo, Piauí, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará e, em maior número, com os impressos publicados na Bahia, Pernambuco, São Paulo e na Corte Imperial.⁵⁶

Há um evidente esforço em obter o máximo de permutas possíveis, embora em alguns casos isso não tenha ocorrido. Em uma publicação, o jornal mencionou que iria interromper o envio de seus números para “20” periódicos, pois não receberam retorno durante os quatro meses em que tentaram fazer a permuta. Apesar disso, divulgaram que essa prática seria mantida com “46 publicações do Império”, o que demonstra o expressivo volume de troca de informações que conseguiram realizar com impressos de diferentes lugares do país. Conforme a realização da permutação aumentava, crescia o espaço de menções de informações de outros periódicos em suas páginas, geralmente publicadas por uma objetiva análise do conteúdo e não por reproduções desses extratos.⁵⁷

⁵⁵ BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010, p. 62.

⁵⁶ AOS NOSSOS colegas os redatores. **A Civilização**. Itaboraí, n. 44, p. 1-2, 4 jan. 1851; ESTATÍSTICA das folhas públicas do Império. **A Civilização**. *Op. Cit.; Ibidem*, n. 57, 5 abr. 1851, Correspondência, p. 2. *Ibidem*, n. 61, 3 mai. 1851, Correspondência da Civilização, p. 3. *Ibidem*, n. 67, 14 jun. 1851, Correspondência, p. 2; *Ibidem*, n. 76, 16 ago. 1851, Correspondência da Civilização, p. 3.

⁵⁷ **A Civilização**. Itaboraí, n. 61, *Op. Cit.; Ibidem*, n. 69, p. 2-3, 28 jun. 1851.

A estrutura financeira do jornal, suas inovações e sua representatividade regional

A realização da prática de permuta nessa quantidade revela, em parte, a dimensão da estrutura financeira dessa folha. Enviar seus exemplares de forma contínua para variadas regiões do país, além de gerar gastos, gerava mais trabalho e, logo, a necessidade de mais pessoas atuando nas novas funções que surgiam, visto que era necessário organizar, embalar, enviar os números de acordo com a quantitativo acertado entre os jornais, arquivar os recebidos e analisar suas informações de acordo com os interesses do jornal para serem publicadas.⁵⁸ Logo, embora não tenham sido localizadas menções sobre a presença de escravizados trabalhando nesse espaço, sua estrutura e o seu dinamismo mostram que possivelmente essa mão de obra foi utilizada no cotidiano dos trabalhos dessa folha.

Toda essa estrutura demonstra a existência de investimentos e de uma esfera de divisão do trabalho no cotidiano das ações do jornal, pois como assinalou a pesquisadora Tania Regina de Luca, os jornais “não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.”⁵⁹

Constatou-se que o recebimento de impressos de diversas províncias ampliou significativamente a representação do jornal como principal veículo de comunicação da região, na medida em que este se tornou um dos principais meios de acesso para os leitores do interior da província obterem informações sobre as diversas vilas do Império. Ao mesmo tempo, o ato de enviar seus números projetava a representação que este exercia na região e, principalmente, propagava seus posicionamentos contrários às ações implementadas pelos ministérios conservadores,

⁵⁸ **A Civilização.** Itaboraí, n. 63, p. 3, 17 mai. 1851.

⁵⁹ LUCAS, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 140.

destacando as discussões referentes ao término do tráfico, à defesa da escravidão e a outros temas que viessem gerar transformações na estrutura sócio econômica vigente. A reprodução de alguns de seus textos, assim como as menções destes, em outros jornais e a publicação de informações extraídas de outros periódicos demonstram essa relação de obtenção de informações e propagação de suas ideias.⁶⁰

É relevante expor que em alguns momentos ocorreram também questionamentos a alguns jornais liberais, o que demonstra as diversas interpretações do liberalismo existente e, logo, no quanto a cena pública nacional do período era diversificada e complexa.⁶¹

Uma inovação na impressão do conteúdo percebida no jornal *A Civilização* é a presença de pequenas ilustrações publicadas nas seções Publicações a pedido e, principalmente, nos Anúncios, recurso utilizado para chamar a atenção de seu público leitor. Publicações de pequenas imagens de vendas de fazendas e arrendamentos, divulgação do transporte realizado em torno dos portos fluviais, de animais desaparecidos ou de ferragens destes, de falecimentos (anúncios necrológicos), de apresentações no circo e de escravizados fugidos foram publicadas de forma corriqueira nessas seções. Dessa maneira, esse jornal inaugurou essa prática na produção do periodismo impresso em Itaboraí. Na figura abaixo, elaborada com a colagem de diversas imagens, é possível visualizar essas pequenas ilustrações publicadas no jornal *A Civilização*.

⁶⁰ Para ter acesso a reprodução de textos do jornal *A Civilização* por outros periódicos ver: COMO se casão as ideias. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, n. 421, p. 1-2, 21 jul. 1852. Disponível em: <https://cutt.ly/hemeroteca94>. Acesso em: 18 fev. 2021.

⁶¹ NOTÍCIAS da semana até 19. **A Civilização**. Itaboraí, n. 69, p. 2, 28 jun. 1851.

Figura 2 - Colagem de pequenas ilustrações do jornal *A Civilização* (1850-1852)



Fonte: *A Civilização* (1850-1852 - Adaptado)

Em relação às seções que se converteram em meios de obtenção de recursos financeiros, destacam-se o Edital, as Publicações a pedido e, principalmente, os Anúncios, embora estes não fossem cobrados para os assinantes, prática utilizada na época para atrair mais subscritores. Na tipografia do periódico diversos trabalhos gráficos, além dos jornais, poderiam ser comercializados por encomendas, como “cartas para convites de enterro”, “listas de família, procurações, alvarás de licenças de Câmaras

Municipais”, mapas de vacina, entre outros. Juntamente a essas variadas fontes de rendas, as assinaturas e as vendas avulsas continuavam tendo um peso significativo na obtenção de recursos do jornal.⁶²

As menções da tipografia dessa folha, quando comparadas com os espaços gráficos dos periódicos anteriormente impressos na vila, mostram um dinamismo maior nas relações sociais realizadas nesses locais, na medida em que ocorreu, além da impressão e comercialização de jornais, e outras produções gráficas, um acesso de pessoas nesse espaço para resolverem variados assuntos, seja para resgatar objetos perdidos ou para realizar alguma negociação de compra e venda de propriedades, assim como para atender solicitação de trabalhadores para os espaços em que seus serviços fossem necessários.⁶³ É pertinente mencionar que o dinamismo social nesse ambiente também contribuiu para a obtenção de informações a serem publicadas. Logo, a tipografia, além de ser um espaço de captação de recursos era também um valioso ambiente de trocas de informações, devido às interações sociais que ali ocorriam.

A estrutura de recebimento de recursos desse jornal, o volume de publicações nesses espaços e as diferentes regiões onde podiam ser comercializados seus números demonstram possibilidades reais de obtenções de lucros com a prática jornalística ou de independência para manter suas impressões, ainda que o financiamento do jornal por seu proprietário, o fazendeiro e político João Hilário, representasse uma realidade.

Portanto, a possibilidade de lucros dessa folha, os investimentos realizados, a distribuição de seus exemplares para várias regiões da província e do país, a longevidade de sua duração, em torno de três anos, uma certa divisão do trabalho, a precaução em passar uma imagem neutra, realizada em alguns momentos e quando era oportuno, sobretudo na esfera local, as inovações gráficas com a inserção de pequenas ilustrações em suas publicações, o dinamismo comercial e social na tipografia e a construção de

⁶² NESTA Typographia. **A Civilização**. Itaboraí, n. 24, p. 4, 10 ago. 1850. MAPPAS. **A Civilização**. Itaboraí, n. 30, p. 4, 28 set. 1850.

⁶³ **A Civilização**. Itaboraí, n. 14, 8 jun. 1850, Anuncios, p. 4.

uma narrativa descritiva baseada em fatos, ainda que atrelada a interesses políticos e ideológicos, mostram que o jornal *A Civilização* apresentou características de uma pequena imprensa empresarial. Ao mesmo tempo, esse periódico era impresso em formato pequeno (in-folium), tamanho típico da imprensa artesanal, como mencionaram Marcos Morel e Mariana Barros.⁶⁴

Assim, essa folha inaugurou a pequena imprensa empresarial na Vila de Itaboraí, embora coexistindo com algumas características da imprensa artesanal. A constatação é de que a partir desse periódico ocorreu uma intensificação no processo de transformação da abordagem jornalística na vila, fato que se insere no contexto transitório do período, como demonstrou Nelson Werneck Sodré ao citar o ano de 1850 como o momento em que foi iniciada a modificação da imprensa artesanal para a pequena imprensa empresarial.⁶⁵

Considerações finais

As questões culturais não foram priorizadas em seus números, embora algumas publicações tenham sido realizadas - nas seções de Anúncios, de Declarações e nas Publicações a pedido - para divulgar alguns eventos religiosos, como as Festas da Nossa Senhora das Dores na Capela do Jesus do Bomfim e a Festa do Divino Espírito Santo na “Matriz” da vila, e as atuações artísticas no Teatro do Porto das Caixas. Não foram localizadas ações em prol da cultura realizadas pelos responsáveis do periódico, apenas a publicização de informações de terceiros. A própria proposta desse impresso, de ser uma “folha política e comercial” explica, de certa forma, o pouco espaço dado às manifestações culturais em suas páginas.⁶⁶

⁶⁴ BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. *Op. Cit.*, p. 46-47.

⁶⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 180.

⁶⁶ **A Civilização**. Itaboraí, n. 2, 16 mar. 1850, Declarações, p. 4. **ATTENÇÃO. A Civilização**. Itaboraí, n. 9, 4 mai. 1850, Anúncios, p. 4.

As diversas publicações do jornal *A Civilização*, com conteúdos predominantemente divergentes das ações dos ministérios conservadores, mostram que as relações de disputas entre as elites políticas também foram desenvolvidas fora do centro político e econômico da província, propagando-se para o seu interior como meio de disseminação de ideias e, logo, de estratégia política. Além disso, essas divergências explicitam que esses partidos também possuíam diferenças em seus perfis políticos, constatação já observada nos estudos de José Murilo de Carvalho. Entre os questionamentos que explicitam as diferenças do jornal com os ministérios conservadores, destacaram-se a forma como fora realizada a extinção do tráfico de escravizados, fruto da pressão inglesa, os debates entre centralização e descentralização em torno da defesa da permutação e as denúncias de violência e fraude no cotidiano das eleições do período.⁶⁷

Por fim, esta análise mostrou que o jornal *A Civilização* foi mais que um periódico liberal, foi, sobretudo, um “porta voz” do Partido Liberal no interior da Província do Rio de Janeiro. Essa folha publicizou uma cultura política oposicionista na esfera nacional, e provincial, e cautelosa e seletiva com as temáticas referentes à própria vila, sendo caracterizada por um discurso liberal pautado na defesa da crença da civilização e do progresso, embora adaptados a condicionantes que garantissem a continuidade da estrutura socio econômica no país.

Constatou-se que o jornal fez parte de uma cultura política desenvolvida em prol da defesa dos pressupostos constitucionais (sobretudo a liberdade), da lavoura, do comércio, da escravidão e da Monarquia constitucional representativa, enquanto forma de governo capaz de manter esses interesses em voga. Favorecido com o contexto econômico e político da Vila de Itaboraí e com os avanços nos sistemas de comunicação e transporte do período, o jornal *A Civilização* inaugurou práticas, abordagens, formas de obtenção de recursos, e informações, e, principalmente, iniciou um novo estilo de imprensa periódica na região: a pequena imprensa empresarial, ainda que coexistindo com alguns elementos da imprensa

⁶⁷ CARVALHO. *Op. Cit.*, p. 200-225.

artesanal. Portanto, a cultura política compartilhada pelo jornal definiu seus conteúdos, posicionamentos e estimulou o desenvolvimento de práticas de propagação de ideias que refletiram diretamente em seu crescimento enquanto um jornal político e econômico, assim como no nível de sua escrita descritiva e analítica dos fatos.

Referências

- A Civilização*. Itaboraí, nº 1, 9 mar. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 2, 16 mar. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, 4 mai. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, n. 30, 28 set. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 7, 20 abr. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 8, 27 abr. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 9, 4 mai. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 11, p. 1-2, 18 mai. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, n. 14, 8 jun. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 16, 22 jul. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 19, p. 1, 13 jul. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 21, 27 jul. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 23, p. 1, 10 ago. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 24, 17 ago. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 26, 31 ago. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 28, 14 set. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 30, 28 set. 1850.
- A Civilização*. Itaboraí, nº 31, 5 out. 1850.

A Civilização. Itaboraí, nº 32, 12 out. 1850.

A Civilização. Itaboraí, nº 33, 19 out. 1850.

A Civilização. Itaboraí, nº 42, p. 1, 21 dez. 1850.

A Civilização. Itaboraí, n. 44, p. 1-2, 4 jan. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 45, 11 jan. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 47, 25 jan. 1851.

A Civilização. Itaboraí, nº 52, 1 mar. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 57, 5 abr. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 61, 3 mai. 1851.

A Civilização. Itaboraí, nº 63, 17 mai. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 67, 14 jun. 1851.

A Civilização. Itaboraí, nº 69, 28 jun. 1851.

A Civilização. Itaboraí, n. 76, 16 ago. 1851.

A Civilização. Itaboraí, nº 99, 15 fev. 1851.

A Civilização. Itaboraí, nº 145, p. 1, 11 dez. 1852.

ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Império do Brasil. Rio de Janeiro: H. Laemmert & C., Província, 1851.

Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. RJ: Typ. de G. L. & Filhos, vol. IX, 1881.

AZEVEDO, Luiz Francisco de Paula. Aos nossos assinantes. *A Civilização*. Itaboraí, nº 69, p. 1-2, 28 jun. 1851.

BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*, volume 1. Rio de Janeiro: Maud X, 2009.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010.

BARROS, Mariana Monteiro de e MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais: visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos*. São Paulo: Martins, 1952.

Catálogo de periódicos raros da Fundação da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://cutt.ly/catalogo_civilizacao. Acesso em: 2 jan. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. O Império dos Correios: notas de pesquisa sobre o sistema postal brasileiro no século XIX. In: *Anais do Encontro de Pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*. Vitória-ES, Volume 1, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano. Artes de fazer*. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência as margens do rio Macacu*. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2013. Disponível em: https://cutt.ly/dissertacao_uff. Acesso em 2 jan. 2020.

COSTA, Gilciano Menezes. Os africanos livres enviados para Itaboraí - RJ - Brasil (1831-1864). *Revista de História da UEG – Morrinhos*, v. 9, n. 1, e-912004, jan./jun. 2020.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e culturas políticas no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fatima Silva; SOIHET, Raquel; *Culturas políticas - ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.

GOMES, José Clemente; MASSOW, Hilário. *Estado do Rio de Janeiro: composto sobre os últimos mapas existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MOYA, Salvador de. *Anuario genealógico brasileiro*. São Paulo: Instituto de Estudos Genealógicos, vol. 1, 1939.

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro - História e Legislação (volumes 1 e 2)*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio. 1934.

O Grito Nacional. Rio de Janeiro, n. 421, p. 1-2, 21 jul. 1852.

O Novo Tempo. Rio de Janeiro, nº 43, p. 1-2, 1 ago. 1844.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: *Lugar Comum*, n. 11, p. 25-44, mai./ago. 2000.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUTTI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Recebido em: 14/08/2024

Aceito em: 13/02/2025